FALE COM A GENTE!
Editor Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7269

"O MTPAC sinalizou a hipótese de aditivar esse contrato, o que nos daria uma cobertura. (Nesta semana) vou oficializar a Secretaria Nacional de Portos para que eles oficialmente nos façam essa manifestação"

Luiz Fernando Garcia novo presidente da Codesp

Docas quer ampliar contrato da dragagem

Proposta será apresentada ao Governo

CARLOS NOGUEIRA - 29/5/16

Devido ao constante acúmulo de sedimentos no estuário, o canal do Porto deve ser dragado continuamente para manter sua profundidade

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

Dois meses antes do fim do contrato da dragagem de manutenção do Porto de Santos, a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) irá questionar o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC) sobre o futuro da obra. Fundamental para garantir a profundidade do canal de navegação do complexo marítimo, o serviço não pode ser interrompido. A ideia da Codesp é que o Governo Federal amplie o contrato firmado com o consórcio formado pelas empresas Van Oord Operações Marítimas e Boskalis do Brasil.

Esta frente de dragagem, licitada pelo MTPAC, prevê a ampliação das profundidades do canal de navegação, dos berços de atracação e dos acessos a eles no cais santista. Pelo contrato, a fundura do canal vai de 15 metros, em média, para 15,4 e 15,7 metros nos próximos três anos. Alguns trechos da via marítima também serão alargados. E os locais de atracação (berços) terão uma nova fundura, variando de 7,6 a 15,7 metros.

As obras do consórcio foram iniciadas em maio, quase três anos após a contratação do serviço. Os trabalhos custam R$ 369 milhões à Docas.

"O MTPAC sinalizou a hipótese de aditivar esse contrato, o que nos daria uma cobertura. (Nesta semana) vou oficializar a Secretaria Nacional de Portos (do MTPAC) para que eles oficialmente nos façam essa manifestação e a gente fique resguardado nas ações deles", disse o diretor-presidente da Codesp, Luiz Fernando Garcia, em entrevista a *A Tribuna*.

Agora, segundo o executivo, é necessário aguardar o posicionamento da pasta e as informações sobre o volume a ser dragado neste aditivo e tempo previstos para a realização da obra. "Se essa possibilidade for colocada em prática, é uma despesa a menos para a companhia e um processo a menos", disse Garcia.

IMBRÓGLIO

O consórcio Van Oord e Boskalis foi o segundo colocado na licitação da dragagem promovida em julho de 2015 pela extinta Secretaria de Portos (SEP), que foi incorporada pelo MTPAC. As empresas cobraram R$ 373,9 milhões pelo serviço no Porto de Santos, quase R$ 5 milhões a mais do que a primeira colocada, a EEL Infraestruturas.

Posteriormente, as duas empresas aceitaram reduzir seu preço e tiveram o contrato assinado com a pasta. Isto aconteceu após a EEL tentar, por três vezes, apresentar as garantias financeiras necessárias ao início dos trabalhos, sem sucesso.

Antes do consórcio, a dragagem do canal de navegação do Porto era executada pela Dragrabas Serviços de Dragagem, através de um contrato firmado com a Codesp. Já os berços estavam sendo mantidos pela Dratec Engenharia por meio de contratos firmados pela própria Codesp.